



SENADO FEDERAL

Processo nº 00200.002177/2021-27 (VOLUME 1)

Assunto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT ENTRE A DIRETORIA-EXECUTIVA DO ILB E A CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS-GO.

Interessado: INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB; CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS - GO

Referência: 00100.014697/2021

Data da autuação: 18/02/2021

Nível de acesso: OSTENSIVO



SIGAD-SF

Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Gabinete administrativo do ILB

Despacho nº 31/ 2021 – DEXILB

Em 12 de fevereiro de 2021.

Ao Senhor

CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE

Coordenador da Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI

Senhor Coordenador,

De ordem do Diretor-Executivo deste Instituto, encaminhamos os presentes autos informando que há interesse da Diretoria-Executiva do ILB no Acordo de Cooperação Técnica – ACT, com a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO, conforme solicitação apresentada no documento NUP: 00100.014687/2021-75.

Atenciosamente,

ENY MARIA SERRA MONTEIRO
Chefe de Gabinete do ILB





Estado de Goiás
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS

Ofício nº: 005/2021

Mutunópolis-Go, 08-02-2021

Ao Senhor

Marcio Chalegre Coimbra

Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

Senado Federal

Assunto: solicitação de **Acordo de Cooperação Técnica**

Senhor diretor,

É do conhecimento desta Câmara Municipal que o Programa Interlegis é referência nacional de instrumento de apoio no processo de modernização e integração do Poder Legislativo brasileiro, colaborando de forma efetiva no cumprimento das leis 12.527/2011, de Acesso à Informação, e Lei Complementar 101/2000, sobre a transparência na atuação de órgãos públicos.

Da mesma forma, esta Casa reconhece que o Interlegis realiza sua missão, em grande parte, com a transferência de tecnologia – disponibilização de forma gratuita de ferramentas tecnológicas desenvolvidas para as câmaras –, e ações de capacitação, conhecidas como oficinas.

A fim de poder ter acesso aos produtos e serviços oferecidos pelo Programa, estamos formalizando nosso interesse em firmar com o Senado Federal **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de acordo com as orientações recebidas. Estamos convencidos de que a parceria será de grande impacto para a modernização da nossa casa legislativa, para a segurança dos dados, para a transparência e para a eficiência dos trabalhos legislativos e administrativos.

Confiamos também que o atendimento a esta solicitação permitirá, além da qualificação técnica dos servidores, uma economia significativa de recursos financeiros tanto na área de Tecnologia da Informação, quanto na capacitação de Recursos Humanos.

Atenciosamente,

Vereador

Presidente.

Câmara com Transparência



**SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebram o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de **Mutunópolis - Go**, doravante denominada Casa Legislativa.

O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – Escola de Governo do Senado Federal e órgão executor do Programa Interlegis, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela Diretora-Geral do Senado, ILANA TROMBKA, e pelo Diretor-Executivo do ILB, MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA, doravante denominado SENADO/ILB, e a Câmara Municipal de **Mutunópolis-Go** com sede na **Rua Ceará, Qd. 27 Lt. 04 – St. Anhanguera CEP: 76540-000** e CNPJ: **02.343.000/0001-10**, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **Gustavo Rocha Vaz da Costa**, inscrito no CPF: **057.308.141-78** e RG: **6227846**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o que dispõem a Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, no que couber, e a Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de junho de 2018, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.





**SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- II- promover a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos e Tecnologia da Informação (programas de tecnologia da informação e comunicação) com o fim de aumentar a eficiência das casas legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informações de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções legislativas;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo ILB/Programa Interlegis.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Toda ação ou atividade necessária à implementação do objeto deste Acordo, será formalizada por meio de Plano de Trabalho, observado o objeto estabelecido na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, os produtos descritos na Cláusula Quarta, de acordo com as suas viabilidades técnica e financeira;
- II- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo Programa Interlegis, propiciando melhoria do processo de modernização para a CASA LEGISLATIVA;
- III- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de modernização legislativa nas áreas de tecnologia, comunicação, informação, educação e sustentabilidade, para que a CASA LEGISLATIVA possa apoiar seus legisladores no aumento da transparência, da representatividade e da legitimidade democráticas;
- IV- garantir os meios necessários à disponibilização por sete dias da semana, vinte e quatro horas por dia, dos programas de tecnologia da informação e comunicação fornecidos e hospedados pelo ILB/Programa Interlegis, bem como o seu uso legal durante a vigência deste instrumento, ressalvadas as indisponibilidades necessárias para a realização de





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

manutenções preventivas e corretivas, que serão comunicadas através de serviço de mensageria, bem como as indisponibilidades causadas por incidentes fortuitos fora do controle da equipe técnica, sendo estes comunicados, no mesmo sistema de mensageria, assim que detectados; e

- V- acompanhar e fiscalizar os cumprimentos das metas e a aplicação das soluções previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Acordo de Cooperação Técnica e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a capacitação de seus colaboradores, bem como a instalação e manutenção de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação necessários para o acesso e operação dos produtos e serviços descritos na Cláusula Quarta, e o pessoal necessário à sua operação;
- III- disponibilizar e manter, caso opte em utilizar as soluções disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR em infraestrutura própria, a infraestrutura para instalação de programas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da Cláusula Quarta;
- IV- promover junto à equipe técnica do ILB/Programa Interlegis a inclusão, a exclusão e a atualização das informações de usuários, e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo Programa, no cadastro de autorizados, localizados na sede em Brasília;
- V- informar a todos os usuários cadastrados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, disponibilizados pelo ILB/Programa Interlegis;
- VI- indicar servidor responsável administrativo pela boa execução das cláusulas celebradas neste Acordo de Cooperação Técnica, informando a sua eventual substituição;
- VII- designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável técnico pelas soluções descritas na Cláusula Quarta a serem implantadas pelo ILB/Programa Interlegis, informando sua eventual substituição;
- VIII- incentivar o desenvolvimento colaborativo de soluções tecnológicas para a melhoria dos seus processos, assim como torná-las disponíveis no repositório de soluções do Interlegis, quando for o caso, e promover seu aperfeiçoamento, objetivando a utilização por outros membros da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; e





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

IX- prestar contas, anualmente, das metas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

O ÓRGÃO EXECUTOR desenvolverá junto a CASA LEGISLATIVA ações de modernização, a partir do fornecimento de produtos e serviços de tecnologia, no intuito de ser atendido o objeto deste Acordo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os produtos disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de uso estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto software público, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os serviços disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de prestação estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto órgão público federal, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a boa e regular manutenção das soluções do ILB/Programa Interlegis na forma estabelecida neste termo;
- II- as consequências legais ou técnicas advindas de instalação ou uso de programas de computadores não distribuídos pelo ORGÃO EXECUTOR;
- III- as informações alimentadas em seus bancos de dados, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas originadas de seus equipamentos;
- IV- os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação oferecidas pelo ÓRGÃO EXECUTOR;
- V- no caso de desistência da utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação pela Casa Legislativa, esta se obriga a informar com a devida antecedência ao ILB/Programa Interlegis, nos termos da Cláusula Oitava.





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica compromissos financeiros entre os convenientes. O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente acordadas pelos celebrantes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada um deles, não significando, em qualquer hipótese, a transferência de valores entre os partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação Técnica entrará em vigor e produzirá efeitos imediatos a partir da data de sua publicação, e terá duração de 60 (sessenta) meses, conforme o artigo 57, II, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO

Este instrumento de Acordo de Cooperação Técnica e seus anexos poderão ser denunciados, rescindidos ou extintos de comum acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, desde que o denunciante comunique sua decisão, por escrito, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência, ou rescindido de imediato pelo ÓRGÃO EXECUTOR, no caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A eventual extinção, denúncia ou rescisão deste Acordo ensejará o fim da cooperação entre os partícipes, bem como o encerramento da disponibilização de serviços pelo ÓRGÃO EXECUTOR à CASA LEGISLATIVA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Fica assegurado o acesso, pela CASA LEGISLATIVA, aos backups de todas as informações a ela pertencentes e que estão sob a guarda do Interlegis, pelo prazo de 60 dias após a eventual extinção do Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Ao nome do Instituto Legislativo Brasileiro/Programa Interlegis não poderão ser vinculados qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Acordo.





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

PARÁGRAFO SEGUNDO. É parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica os Planos de Trabalho, anexos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes e formalizados por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, _____ de _____ de _____.

CELEBRANTES:

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal

MÁRCIO CHALEGRE COIMBRA
Diretor Executivo do ILB
Programa Interlegis

GUSTAVO ROCHA VAZ DA COSTA

Presidente da Câmara Municipal de
Mutunópolis-Go.

CPF: **057.308.141-78**

RG: **6227846**





**SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB**

TESTEMUNHAS:

...
Câmara Municipal de ...
CPF: ...
RG: ...

...
Câmara Municipal de ...
CPF: ...
RG: ...





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

Nº

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de ... e o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB/Programa Interlegis, contendo todo detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º, art. 116, da lei 8.666/93.

1. DADOS CADASTRAIS

Câmara Municipal de **Mutunópolis**.

CNPJ: **02.343.000/0001-10**

Estado: **Goiás**

Endereço: **Rua Ceará, Qd. 27 Lt. 04 – St. Anhanguera.**

CEP: **76.540-000**

Fone: **(62) 3382-6219**

2. OBJETIVO

O presente Plano de Trabalho tem como objetivo subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle da atuação do ILB/Interlegis junto a Casa Legislativa, objetivando a realização das Ações solicitadas formalmente pela Casa Legislativa e oferecidas no sítio do LB/Interlegis (www.interlegis.leg.br – Consultoria e Informação; Produtos de Tecnologia; Capacitação ILB e Relacionamento).

3. JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento deste plano assegura a ampliação das Ações de modernização e integração compatíveis com a missão do ILB/Interlegis junto ao Legislativo Brasileiro.





**SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB**

4. METAS A SEREM ATINGIDAS

1. Aprovação e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes;
2. Estabelecimento de rotinas periódicas de disponibilização de dados e informações entre os partícipes, preferencialmente por meio eletrônico, observadas as limitações técnicas e legais;
3. Desenvolvimento e compartilhamento de programas e meios de tecnologia de informação e comunicação, do intercâmbio de conhecimentos e de informações de bases de dados entre os partícipes, em especial:
 - 3.1. Implantação e manutenção na Casa Legislativa de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, fornecidos pelo ILB/Interlegis, com a atualização periódica de seus dados e informações; e
4. Realização de eventos locais, pela Casa Legislativa, objetivando a difusão dos padrões e instrumentos do ILB/Interlegis, em conjunto com a Comunidade Virtual do Legislativo (Rede de casas legislativas conveniadas).

5. FASES DE EXECUÇÃO

As atividades terão início na data de assinatura do Plano de Trabalho e se encerrarão no fim da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, agrupadas nas fases de Diagnóstico, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle.

6. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O presente termo não implica transferência de recursos financeiros, determinando-se que o ônus decorrente de ações específicas, desenvolvidas em razão do instrumento, são de responsabilidade dos respectivos partícipes.

7. RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA

A Casa Legislativa que sediar as Ações, prevista neste termo, será responsável pelo fornecimento de:

- a. Espaço compatível para a realização das Ações, previstas para a Casa;
- b. Logística de recepção e traslados dos técnicos e autoridades;
- c. Técnicos para o aprendizado no uso das tecnologias fornecidas pelo ILB/Interlegis, que efetivamente serão os operadores destas tecnologias, dentro da Casa;
- d. Colaboração, de acordo com as possibilidades, no desenvolvimento de soluções para o Legislativo Brasileiro, a partir do ambiente <https://colab.interlegis.leg.br/>; e
- e. Assegurar a atualização das informações nos bancos de dados dos produtos a serem implantados.





SENADO FEDERAL
INTERLEGIS – ILB

8. VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho terá validade durante toda a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, de comum acordo dos partícipes.

9. APROVAÇÃO PELOS PARTICÍPES

APROVADO, após análise técnica.

Brasília-DF,... de ... de ...

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral
SENADO FEDERAL

GUSTAVO ROCHA VAZ DA COSTA
Presidente
CÂMARA MUNICIPAL DE
MUTUNÓPOLIS





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI
Serviço de Contratos e Convênios - SCCO

Processo nº 00200.002177/2021-27

Despacho nº 40/2021-SCCO-ILB

Assunto: Acordo de cooperação técnica.

Senhor Diretor da Secretaria de Administração de Contratações

Encaminhamos a Vossa Senhoria o presente processo para as providências necessárias visando a celebração do Acordo de Cooperação Técnica, entre o **Instituto Legislativo Brasileiro – ILB** e a **Câmara Municipal de Mutunópolis - GO**.

Complementarmente, apresentamos as seguintes informações:

- i. Segue despacho nº 31/2021 - DEXILB (NUP 00100.014697/2021-19) com a **manifestação deste ILB favorável à celebração da avença**. Esclarecemos que a parceria visa atender interesse comum entre as duas Instituições, cujo objeto e justificativa constam dos termos do documento;
- ii. Encaminhamos Ofício nº, 005/2021 com o **manifesto de interesse daquela câmara** visando à celebração da parceria.
- iii. A **minuta do Acordo de Cooperação Técnica** (NUP 00100.014699/2021-08) se encontra devidamente preenchida;

Por fim indicamos o Chefe do Serviço de Contratos e Convênios - SCCO e seu Substituto como **gestores titular e substituto** da supramencionada avença.

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE
Coordenador Administrativo e Financeiro – COADFI/ILB





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON
 Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC
 Serviço de Contratos – SECON

Ofício nº 133/2021 – SECON/COPLAC/SADCON (SIGAD)

Ao Sr. Coordenador da COPLAC.

Assunto: CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS/GO. Novo Acordo de Cooperação Técnica. Para análise de minuta.

1. Tratam os autos de novo Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Câmara Municipal de Mutunópolis/GO na implementação das ações de modernização do Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/INTERLEGIS, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.
2. A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO, por meio do documento nº 00100.014687/2021-75, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.014697/2021-19, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.
3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.015313/2021-77, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.
4. Ressalta-se que o Acordo em questão **não** implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, **Anexo I**. Todavia, não foi possível obter certidão válida junto à Receita Federal, tendo sido a Câmara instada a se manifestar, **Anexo II**.
5. Ante o exposto, sugere-se, s.m.j., o encaminhamento da **minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08**, ao Núcleo de Processos de Contratações – NPCONT/ADVOSF, para análise, conforme dispõem o Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e o art. 63, § 1º, do Ato da Diretoria-Geral nº 9/2015, que estabelece as normas procedimentais para contratações no âmbito do Senado Federal.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

Nathália Villela

Chefe do SECON





Processo nº 00200.002177/2021-27

SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC
Serviço de Contratos – SECON

De acordo.

Encaminhem-se os autos ao NPCONT/ADVOSF, para análise e emissão de parecer.

(Assinado eletronicamente)

Alexandre Mattos de Freitas

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\ENCAMINHAMENTOS\ADVOSF\Acordos, Cooperação Técnica, Convênios, Protocolo de Intenções\CM DE MUTUNÓPOLIS - NOVO ACT - 002177 2021 (NI).doc





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.343.000/0001-10
Certidão n°: 6316122/2021
Expedição: 18/02/2021, às 17:52:36
Validade: 16/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.343.000/0001-10**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.343.000/0001-10

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS

Endereço: RUA CEARA SN / SETOR ANHANGUERA / MUTUNOPOLIS / GO / 76540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2021 a 17/03/2021

Certificação Número: 2021021601350088352755

Informação obtida em 18/02/2021 17:52:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/02/2021 18:52:28

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS**
CNPJ: **02.343.000/0001-10**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Patrícia Soneghet Oliveira

De: SECON - Serviço de Contratos
Enviado em: quinta-feira, 18 de fevereiro de 2021 17:57
Para: 'camara@mutunopolis.go.gov.br'
Cc: Nathália Villela Ventura Guimarães Ferreira; ILB - Instituto Legislativo Brasileiro
Assunto: Pendência de Certidão
Anexos: PGFN MUTU.pdf

Prezados,

Visando a instrução do Novo Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Legislativo Brasileiro e esta Câmara Municipal, faz-se necessária a obtenção de certidão regular junto à Receita Federal, uma vez que não foi possível obter certidões válidas mediante consulta realizada, vide anexo.

Diante disso, solicitamos a manifestação sobre o ocorrido e as devidas providências para continuidade da instrução.

Favor acusar recebimento após a visualização deste e-mail.

Em caso de dúvida, tratar com Nathália Villela, nos telefones (61) 3303-4498 ou (61) 9 8149-0249.

Atenciosamente,

Patrícia Soneghet Oliveira

Serviço de Contratos – SECON | COPLAC | SADCON
Bloco de Apoio II, Mezanino, sala 17
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-2160



BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.343.000/0001-10 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 161/2021-ADVOSF

Processo nº 00200.002177/2021-27

Minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Senado Federal-ILB e a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO. Análise Jurídica. Pela aprovação, atendidas as recomendações.

Trata-se de minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Senado Federal-ILB e a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Câmara Municipal na implementação das ações de modernização do Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro –ILB/INTERLEGIS, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.

A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO, por meio do Ofício nº 005/2021, documento nº 00100.014687/2021-75 manifestou interesse em celebrar convênio com o Programa INTERLERGIS.

Por meio do Despacho nº 31/2021- DEXILB, documento nº 00100.014697/2021-19, o Instituto Legislativo Brasileiro- ILB manifestou interesse na celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO

O Serviço de Contratos e Convênios- SCCO, juntou aos presentes autos as manifestações de interesse na celebração da avença, bem como a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o respectivo Plano de Trabalho (doc. nº 00100.015313/2021-77).

Desse modo, os autos foram remetidos à SADCON, mediante Despacho nº 40/2021-SCCO-ILB, oportunidade em que foram sugeridos



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução (doc. nº 00100.015313/2021-77).

Ressalta-se que o Acordo em questão não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento.

Por fim, os autos vieram a esta Advocacia para análise da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada aos autos, em obediência ao disposto no parágrafo único, art. 38 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 63, §1º, do Ato nº 09/2015 da Diretoria-Geral (doc. nº 00100.015936/2021-40).

É o breve relatório.

Passo a opinar.

Desde o início, cumpre destacar que a este órgão jurídico compete a análise adstrita à legalidade do processo, haja vista não possuir conhecimentos técnicos e nem atribuições regimentais para a emissão de juízo de valor quanto ao mérito da contratação ou demais questões atinentes ao âmbito da discricionariedade desta Casa Legislativa.

Feita a indispensável digressão, tem-se que o ajuste pretendido possui natureza de “Convênio”, na modalidade de “Acordo de Cooperação Técnica”, caracterizado como um dos instrumentos colaborativos de que o Poder Público dispõe para se associar com outros órgãos e entidades governamentais para a realização de um interesse comum com finalidade eminentemente pública.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Face à pertinência temática, oportuno mencionar posicionamento já afiançado por esta Advocacia no bojo do Parecer nº 303/2018-ADVOSF, extrai-se o seguinte excerto:

O acordo de cooperação técnica consiste, assim, em instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si, ou ainda, com entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum voltado ao interesse público.

Cuida-se, portanto, de instrumento jurídico destinado a promover o fomento e o apoio à execução de projetos e à adoção de práticas inovadoras no âmbito governamental, de modo a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública e à prestação de serviços à sociedade. Nesta seara, cada um dos participantes colabora com a sua parcela de conhecimento, equipamentos ou até mesmo equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, inexistindo, contudo, qualquer tipo de repasse financeiro entre as partes.

Impende destacar que, ainda, o instrumento jurídico sob exame não se confunde com o “Acordo de Cooperação” de que trata a Lei nº 13.2014/2015, notadamente em seu art. 2º, VIII – A, orientado a regular parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, a despeito de ambas as modalidades visarem uma atuação conjunta destinada ao alcance de um objetivo comum.

No caso, fácil perceber da leitura do termo sob exame, notadamente de sua CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, que este traduz o interesse mútuo de ambos os entes públicos, eis que se busca a parceria entre os celebrantes para assegurar a realização de projetos que



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

atuem na formação cidadã e no fomento do controle social. Devidamente assentada, portanto, a finalidade eminentemente pública.

A natureza cooperativa do ajuste decorre especificamente da inexistência de compromissos financeiros e tampouco previsão para a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme conclui a **CLÁUSULA SEXTA– DOS RECURSOS FINANCEIROS**.

No caso em questão, não há os rigores de ordem orçamentária e tampouco a observância hígida das regras previstas na Lei nº 8.666/93, cujas disposições aplicam-se no que couber, observando-se, no mínimo, as seguintes informações, na forma do art. 116 da referida Lei:

- I – identificação do objeto a ser executado;*
- II – metas a serem atingidas;*
- III – etapas ou fases de execução;*
- IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;*
- V – cronograma de desembolso;*
- VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;*
- VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.*

Foram devidamente observados os ditames dos incisos I, II e III, dispensando-se as usuais cautelas orçamentárias de que tratam os incisos IV e V pela inexistência de transferência de recursos entre as partes.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

O inciso VI mostra-se atendido pela inclusão de uma cláusula de vigência (CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA). Há previsão da possibilidade de extinção do pacto, a qualquer tempo no caso do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições (CLÁUSULA OITAVA- DA EXTINÇÃO).

Também sobre este tópico, oportuno esclarecer sobre a aplicabilidade do art. 57, II da Lei 8.666/1993, eis que este dispositivo afirma que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

O universo de metas a serem atingidas por meio do instrumento em comento foram traduzidas respectivamente no Plano de Trabalho, contemplando os objetivos gerais e específicos almejados, os resultados esperados e as ações a serem adotadas no âmbito da cooperação pretendida (doc. nº 00100.014699/2021-08, pg.8).

Registre-se que o referido Plano de Trabalho se refere ao detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º, art. 116, da lei 8.666/93.

Não houve a designação formal dos gestores que deverão ficar encarregados da fiscalização do ajuste em tela por parte da Diretora-Geral ou do Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, nos moldes dos artigos 9º, VIII e 10, VII, da Resolução nº 13/2018.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No que se refere à higidez da entidade com a qual o Senado Federal firmará o pretendido ajuste, foram devidamente acostados aos autos documentos que comprovam a situação do celebrante perante ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ (doc. nº 00100.015936/2021-40-1 (ANEXO: 001)).

Todavia, a informação de regularidade junto à Receita Federal encontra-se ausente. Diante disso, a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO foi cientificada e instada a regularizar a situação (doc. nº 00100.015936/2021-40-2 (ANEXO: 002)). **Para dar prosseguimento à instrução, deve a entidade regularizar a documentação necessária.**

Enfim, cumpre observar que a minuta sob exame guarda consonância com a legislação de regência e observa similitude com outros acordos de cooperação técnica firmados por esta Casa Legislativa, estando apta, portanto, a amparar o pacto que ora se pretende solenizar (doc. nº 00100.014699/2021-08).

Atendidas as recomendações sugeridas, a administração estará apta a adotar as medidas necessárias atinentes à cooperação de que trata os autos.

É o parecer¹. Junte-se e encaminhe-se à SADCON.

Brasília/DF, 16 de março de 2021.

ANDRÉ LUÍS SOARES LACERDA
Advogado do Senado Federal - Revisor
OAB/DF 34.656

¹ Parecer elaborado com a contribuição da estagiária Amanda Olivette.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON
 Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC
 Serviço de Contratos – SECON

Ofício nº 237/2021 – SECON/COPLAC/SADCON (SIGAD)

Ao Sr. Diretor da SADCON.

Assunto: CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS/GO. Novo Acordo de Cooperação Técnica. Para deliberação final.

1. Tratam os autos de novo Acordo de Cooperação Técnica que tem por objeto estabelecer e regular a participação da Câmara Municipal de Mutunópolis/GO na implementação das ações de modernização do Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/INTERLEGIS, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.
2. A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO, por meio do documento nº 00100.014687/2021-75, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.014697/2021-19, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.
3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.015313/2021-77, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.
4. Ressalta-se que o Acordo em questão **não** implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, **Anexo I**. Todavia, não foi possível obter certidão válida junto à Receita Federal. Entretanto, consoante se verifica nos Pareceres nºs 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72), a ADVOSF entendeu que a situação apresentada pode ser objeto de flexibilização em avenças que não envolvem transferências de recursos financeiros, conforme trecho a seguir:

“Além das causas já mencionadas no art. 32 da Lei 8.666/93, em que poderá ser dada à Administração margem discricionária quanto às certidões, quanto aos termos de cooperação técnica, que se caracterizam pela colaboração entre os partícipes e ausência de recursos financeiros, poderá haver também uma maior flexibilização. Entretanto, esclarece-se que todas as situações deverão ser analisadas à luz do caso concreto sob a ótica do interesse público perseguido”. (nosso grifo).





Processo nº 00200.002177/2021-27

SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração das Contratações – SADCON
 Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC
 Serviço de Contratos – SECON

5. Ante o exposto, a **minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08**, foram encaminhados para análise jurídica, documento nº 00100.015936/2021-40, haja vista que a apreciação dos aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais compete à Advocacia do Senado Federal, consoante art. 230 do RASF. Após análise dos autos, a ADVOSF, mediante o Parecer nº 161/2021, documento nº 00100.025656/2021-40, concluiu que a minuta se encontra apta aos fins a que se destina.
6. Nesses termos, sugere-se s.m.j., o encaminhamento dos autos à DGER para deliberação final, consoante o disposto no art. 9º, IV, VI, VIII e XV, do Anexo V à Resolução nº 13/2018 (Política de Contratações do Senado Federal), fazendo-se necessário:
- a. DELIBERAR quanto à **celebração** de novo Acordo de Cooperação Técnica para o objeto em tela com a **CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS/GO**, tendo em vista a ausência de certidão válida junto à Receita Federal, e considerando o teor da manifestação da ADVOSF nos Pareceres nºs 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72);
 - b. APROVAR a minuta de **Acordo de Cooperação Técnica**, bem como o **Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08**; e
 - c. DESIGNAR os gestores titular e substituto.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

Nathália Villela

Coordenadora da COPLAC substituta

De Acordo.

À apreciação da Senhora Diretora-Geral.

(Assinado eletronicamente)

Rodrigo Galha

Diretor da SADCON

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\ENCAMINHAMENTOS\DGER\ACT, PI e CN\CM DE MUTUNÓPOLIS - NOVO ACT - 002177 2021 (LP).doc





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.343.000/0001-10
Certidão n°: 9593894/2021
Expedição: 18/03/2021, às 11:04:14
Validade: 13/09/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.343.000/0001-10**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.343.000/0001-10

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL DE MUTUNOPOLIS

Endereço: RUA CEARA SN / SETOR ANHANGUERA / MUTUNOPOLIS / GO / 76540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/03/2021 a 05/04/2021

Certificação Número: 2021030701000882209820

Informação obtida em 18/03/2021 11:07:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/03/2021 às 11:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.343.000/0001-10.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6053.5FC2.15D1.3738 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



18/03/2021

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 02343000000110

LIMPAR

De De	DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
----------	----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------	------------

Nenhum registro encontrado





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.002177/2021-27

Assunto: CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS - GO. Acordo de Cooperação Técnica. Autorização.

Senhora Diretora-Geral,

Tratam os autos de proposta para formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de estabelecer e regular a participação da CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS - GO na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS – Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo.

Por meio do Ofício nº 237/2021-SECON/COPLAC/SADCON (documento nº 00100.026905/2021-14), a unidade técnica prestou as seguintes informações relativas à instrução:

2. A Câmara Municipal de Mutunópolis/GO, por meio do documento nº 00100.014687/2021-75, manifestou interesse em celebrar Acordo de Cooperação Técnica com o Senado, com o intuito de viabilizar a implantação dos seus produtos e serviços para atender as necessidades da Câmara Municipal, mediante adesão ao Programa INTERLEGIS. Por meio do documento nº 00100.014697/2021-19, o Instituto manifestou concordância com a celebração da avença.

3. Ato contínuo, o Serviço de Contratos e Convênios – SCCO juntou aos presentes autos a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e seu Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08. Na sequência, os autos foram remetidos a essa SADCON, mediante documento nº 00100.015313/2021-77, oportunidade em que foram sugeridos os gestores titular e substituto, a fim de dar continuidade à instrução.

4. Ressalta-se que o Acordo em questão não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, conforme Cláusula Sexta do instrumento. Ademais, registre-se que a Câmara Municipal de Mutunópolis/GO se encontra em situação regular junto ao FGTS, à Justiça do Trabalho, ao CEIS e ao CNJ, Anexo I. Todavia, não foi possível obter certidão válida junto à Receita Federal. Entretanto, consoante se verifica nos Pareceres nºs 517/2020 (documento nº 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento nº 00100.084263/2018-72), a ADVOSF entendeu que a situação apresentada pode ser objeto de flexibilização em avenças que não envolvem transferências de recursos financeiros, conforme trecho a seguir:

(...)

Além das causas já mencionadas no art. 32 da Lei 8.666/93, em que poderá ser dada à Administração margem discricionária quanto às certidões, quanto aos termos de cooperação técnica, que se caracterizam pela colaboração entre os partícipes e ausência de recursos financeiros, poderá haver também uma maior flexibilização. Entretanto, esclarece-se que todas as situações deverão ser analisadas à luz do caso concreto sob a ótica do interesse público perseguido. (Grifo nosso).



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

5. Ante o exposto, a minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento nº 00100.014699/2021-08, foram encaminhados para análise jurídica, documento nº 00100.015936/2021-40, haja vista que a apreciação dos aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais compete à Advocacia do Senado Federal, consoante art. 230 do RASF. Após análise dos autos, a ADVOSF, mediante o Parecer nº 161/2021, documento nº 00100.025656/2021-40, concluiu que a minuta se encontra apta aos fins a que se destina.

Por fim, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos à deliberação da Diretoria-Geral, quanto à oportunidade e conveniência de celebração de Acordo de Cooperação Técnica, consoante o disposto no art. 9º, IV, VI, VIII e XV, do Anexo V à Resolução nº 13/2018 (Política de Contratações do Senado Federal).

Considerando as informações constantes dos autos, o encaminhamento do Senhor Diretor da SADCON e os benefícios esperados pela celebração da avença ora em exame, recomenda-se a celebração do Acordo de Cooperação bem como a aprovação da minuta de instrumento e a designação de gestores indicados.

À consideração de Vossa Senhoria.

Diretoria-Geral, 23 de março de 2021.

(assinatura digital)
Kleber Minatogau
Assessor Técnico

(assinatura digital)
Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a instrução contida nos autos, e com fundamento no art. 9.º, incisos IV, VI, VIII e XV, do Anexo V, do RASF, consolidado pela RSF n.º 13/2018, delibero nos termos seguintes:

1. Considerando o teor das manifestações da ADVOSF nos Pareceres n.ºs 517/2020 (documento n.º 00100.080596/2020-47) e 358/2018 (documento n.º 00100.084263/2018-72), que tratam da ausência de certidão válida junto à Receita Federal, **AUTORIZO** a celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica com a CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUNÓPOLIS - GO, nos termos propostos;
2. **APROVO** a minuta do Acordo de Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho, documento n.º 00100.014699/2021-08; e
3. **DESIGNO** os gestores titular e substituto, indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos à **SEPUGP** e, posteriormente, à **SADCON** para as providências de sua alçada.

Brasília, 23 de março de 2021.

(verificar assinatura digital)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 1619 de 2021

A **DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso VIII, do Anexo V do Regulamento Administrativo, consolidado pela RSF nº 13/2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.002177/2021-27**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Serviço de Contratos e Convênios (SCCO/COADFI/DEXILB)**, com órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2021.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

